As Redes da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil e na Argentina[1]

Luciana de Oliveira
Doutora| Universidade Federal de Minas Gerais
alexprimo@gmail.com

Resumo

Em pesquisa sobre a RSE no Brasil e na Argentina, vimos uma enorme disparidade no enraizamento do tema em cada país. A hipótese da pesquisa, da qual se origina o presente artigo, é a de que o grande êxito do movimento pela RSE no Brasil e o fraco desenvolvimento na Argentina deve-se à presença de uma disputa hegemônica – observável em dinâmicas comunicacionais – entre certos segmentos das elites empresariais em torno do sentido da RSE, presente no caso brasileiro e ausente no argentino. Neste artigo pretende-se discutir o conceito de disputa hegemônica, evidenciando o conflito como relação social fundamental à configuração das topografias de rede dos movimentos de promoção da RSE nos dois países. Tal entendimento é chave para profissionais e pesquisadores que trabalham na área da comunicação organizacional.

Palavras-chave

Responsabilidade Social Empresarial; Disputa hegemônica; Brasil- Argentina.

1 Introdução

Muito se tem discutido sobre a Responsabilidade Social Empresarial – RSE, mas na maioria das vezes, tomando-a como "moda" gerencial. Este artigo tem como objetivo discutir

[1] Este artigo apresenta algumas das conclusões da tese de doutorado intitulada: "Ideias do presente, práticas do passado? Elites empresariais e a questão social no Brasil e na Argentina: análise comparativa de discursos e práticas de Responsabilidade Social Empresarial", defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas: Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

o movimento pela RSE como fenômeno social e político bem como seu papel frente ao avanço da agenda social dos dois países em foco. De maneira geral, o movimento em torno da RSE pode ser traduzido como uma mobilização, apoiada por organizações (empresariais ou não, esse também é um ponto de discussão importante) a respeito da necessidade de atuação da empresa privada no âmbito de investimentos de interesse público – como educação, saúde, alimentação, cultura, meio ambiente – dentro de um entendimento mais amplo de que a geração de lucro em si mesma não é o seu objetivo único, mas também a geração de valor social e ambiental. É daí a origem da expressão RSE que denomina um fenômeno talvez não recente, mas que vem tomando feições de novidade e dimensões inéditas. Vale dizer que, como discurso que tem caráter global e que se desdobra em práticas de caráter local, a RSE vem sendo tematizada como tendência mundial.

Nos países latino-americanos, com seus graves déficits sociais (BARROS, 2000; COSTA RIBEIRO, 2006), tal movimento reveste-se de especial importância uma vez que as reconfigurações do capitalismo global, das formas de intervenção estatais e de articulação da sociedade civil na contemporaneidade apontam para o redesenho das fronteiras notavelmente móveis entre público e privado, abrindo oportunidades para que agentes (coletivos e individuais) encontrem justificativas (discursos) e dispositivos (práticas) para operarem seus interesses na disputa hegemônica que se dá frente à questão social. Não é por acaso que a emergência do tema está ligada ao contexto de ajuste e reforma da década de 1990. Os processos de diminuição do Estado e aprofundamento do modelo econômico liberal geraram profundos impactos sociais resultantes de um crescimento lento e irregular. Por outro lado, a abertura das fronteiras nacionais trouxe também a necessidade de atuação internacional para as empresas que antes atuavam localmente. Tais consequências são elencadas por Filipe Agüero (2005) como fatores fundamentais à mobilização em torno da RSE.

O ponto que exploraremos no artigo é: por que o movimento pela RSE ganhou tanta força no Brasil? Por que o mesmo não ocorreu na Argentina? Nesse sentido, a escolha dos casos, o nosso *ex-ante*, é justificável na medida em que poderíamos tomá-los como casos desfavoráveis à comparação (um de grande sucesso e outro de sucesso relativo). Entretanto, como nos ensinou Durkheim (2007), em Ciências Sociais é sugestivo começar pelo que nos pareça mais contra intuitivo. A hipótese explicativa, delineada em nossa pesquisa, é de que há no caso do Brasil uma disputa hegemônica no plano político nacional, acima e além das

instituições político-partidárias e político-eleitorais, que confere grande força ao movimento da RSE no país. Essa disputa ocorre entre os grupos divulgadores da Responsabilidade Social Empresarial e o objeto é um projeto de país no qual se define, a partir de uma disputa em torno do que é a forma correta de fazer gestão com RSE, qual é a nação que "queremos" ser na imaginação empresarial. No caso argentino, além do empresariado e suas organizações e entidades de representação não atuarem na divulgação do tema – papel assumido pelas organizações da sociedade civil – é a ausência dessa disputa o que, hipoteticamente, explica a menor força do movimento pela RSE naquele país.

Tomando como unidades de análise o trabalho das organizações que promovem o tema, buscou-se desenhar, a partir do conceito de disputa hegemônica, as configurações do campo da RSE em cada país. Como fontes de dados foram utilizados materiais de natureza variada disseminados na mídia – mais detidamente de dois jornais de expressão nacional em cada um dos países (*La Nación*, 1999-2008 e *Clarín*, 1997-2008 na Argentina; e *Folha de São Paulo*, 1994-2008 e *O Globo*, 2003-2008 no Brasil)–, dados publicizados em *websites*, observação participante em eventos especializados, entrevistas pessoais e publicações impressas.

2. RSE e a disputa hegemônica: elementos conceituais para a apreensão do fenômeno

A disputa hegemônica que buscamos apontar se processa no bojo das transformações econômicas, sociais e culturais da atualidade, agrupadas sob conceitos diversos: globalização, sociedade pós-industrial, sociedade em rede, modernidade tardia, modernidade líquida, pós-modernidade, era da informação, sociedade de risco. Tais transformações, moldando novos cenários e tendências, têm modificado as formas de atuação das empresas nas sociedades contemporâneas, assim como seus interesses e modos de organização. As últimas décadas do século XX testemunharam a passagem para um novo cenário empresarial, sobretudo a partir da chamada revolução da informação, que envolve não só o incremento de novas tecnologias de produção, mas também maior agilidade e flexibilidade nos processos organizacionais. No lugar do sistema fordista, expande-se o padrão de acumulação flexível, que introduz no mundo do trabalho vínculos igualmente flexíveis, como as contratações temporárias e a terceirização de etapas da produção num

primeiro momento e, em seguida, a própria lógica do consumo incorporada às relações de trabalho. Trata-se de uma transição complexa, que, como acentua Harvey (2001), estende-se da esfera econômica para o campo dos valores. Esse é o pano de fundo do debate sobre as razões e fundamentos da RSE no plano administrativo-gerencial.

Enquanto isso, o papel do Estado vem passando por profunda redefinição, sobretudo no que diz respeito à sua margem de intervenção no campo econômico. O Estado ativo, empreendedor e provedor social, que caracterizou a maior parte do século XX, se encolheu diante dos obstáculos fiscais que o limitavam, interpelado pelas teses liberais da privatização e da desregulamentação do mercado. Por sua vez, a sociedade civil tem vivenciado uma considerável reorganização que se exprime pelo aparecimento e crescimento das organizações não-governamentais e, mais amplamente, pelo desenvolvimento do chamado Terceiro Setor, motivado pela busca de alternativas para os problemas sociais em um contexto de restrição da atividade estatal.

Vale dizer que as transformações contemporâneas do capitalismo tendem a criar um vácuo institucional e simbólico em relação às formas anteriores de desenhar as fronteiras entre público e privado, os grupos de interesse dispersos no interior de vários campos de interação alocam seus recursos a fim de reordenar também a balança de poder e consagrar seus propósitos como sendo hegemônicos. Em larga medida essa é uma disputa entre significados que, do interior de discursos, revela posições, intenções e representações. Assim, os pressupostos teóricos a partir dos quais se buscará construir uma chave de leitura do fenômeno podem ser sintetizados da seguinte forma: no cenário em que atua o movimento pela RSE há uma disputa de sentido sobre qual é a forma correta de intervenção social das empresas que revela, hipoteticamente, uma disputa em torno de um projeto de país a fim de tornar hegemônica certa visão da questão social.

Estamos, portanto, diante de um objeto de análise que consiste na emergência de um campo de discursos sobre a RSE que orienta práticas e intervenções no espaço público oriundas da iniciativa privada e que reconstroem permanentemente o próprio campo. A ideia de campo, assim empregada, evoca de imediato a contribuição teórica de Bourdieu (2001) acerca do poder simbólico como meio de reprodução da ordem social. Em sua teoria dos campos de produção simbólica, as relações de força entre os agentes sociais apresentam-se sempre na forma transfigurada de relações de sentido. O poder simbólico surge como todo poder que consegue construir significações e impô-las como legítimas. Os

símbolos afirmam-se, assim, como os instrumentos por excelência de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida. O campo é uma configuração de relações socialmente estabelecidas. Através da distribuição das diversas formas de capital – o capital econômico, o capital social e o capital simbólico – os agentes participantes em cada campo são munidos com as capacidades adequadas ao desempenho das funções e à prática das lutas que o atravessam.

Discursos e práticas, nesse sentido, compõem um cenário de disputa por poder e dominação, o que nos conduz à sociologia weberiana do conflito. Em um de seus textos mais conhecidos, Weber atribuiu à política o significado de "participação no poder ou luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado" (WEBER, 1982, p. 98). A noção de luta política, nessa acepção weberiana, ajuda a clarear o cenário de disputa em que se situa o movimento pela RSE. Se as transformações contemporâneas do capitalismo tendem a criar um vácuo institucional e simbólico em relação às formas anteriores de desenhar as fronteiras entre público e privado, os indivíduos – sob a influência de seus grupos de interesse dispersos no interior de vários campos de interação – alocam seus recursos a fim de reordenar também a balança de poder e consagrar seus propósitos como sendo hegemônicos. Em larga medida esse é uma disputa de sentidos que, do interior de discursos, revela posições, intenções e representações. E seria esse o recurso em jogo no esforço de dar contorno à influência empresarial sobre questões de interesse público que caracteriza o movimento de promoção da RSE.

Vale lembrar que hegemonia, para Gramsci (1988; 2002; 2006) envolve liderança intelectual e moral[2]. Enquanto para vastas correntes de intelectuais e militantes só existe poder no Estado e ação política pela via partidária ou sindical, Gramsci, em seus ensinos escritos no cárcere, desenvolve uma visão que estende o conceito mesmo de Estado, entendido não mais só como sociedade política, órgão de coerção jurídica, mas como entrelaçamento de sociedade política e sociedade civil, em que a hegemonia de um grupo social se exerce através de organizações privadas enquanto instrumentos de direção

[2] Um dos aspectos que mais chamam atenção na produção intelectual de Gramsci, não obstante sua dispersão e fragmentação, é que ele tenta avançar em relação a dois fundamentos do pensamento de extração marxista: o historicismo e o economicismo. Em outras palavras, o aspecto determinista tanto do processo histórico quanto da base econômica sobre a vida social. Isso confere à sua obra afinidades com questões contemporâneas lançadas à teoria social clássica. Herdeiro intelectual de Lênin, mas capaz de superá-lo especialmente no que se refere ao conceito de hegemonia como direção política e aliança de classes, Gramsci se dedica a estudar a complexidade da sociedade, a articulação das funções, os elementos que interagem e as diversas combinações em que se apresentam, a sobrevivência de uma fase histórica em outra ou o "jogo" dos deslocamentos ideológicos de uma classe para outra, de uma área para outra, de uma nação para outra.

cultural. A sociedade civil encontra sua função específica na produção do consenso e da ideologia, enquanto a sociedade política ou Estado o faz na organização do monopólio da força. Portanto, um grupo social não constrói a sua hegemonia apenas pela via da ocupação do aparato estatal e com base na coerção física por deter o monopólio do uso da violência, mas também através das instituições que compõem a sociedade civil.

A hegemonia então pode ser vista como a capacidade de geração do consentimento social, com ênfase na dimensão cultural e simbólica e, por decorrência, de integração da sociedade. É no terreno desta dimensão que Gramsci trabalha também o conceito de ideologia. A ideologia está socialmente generalizada, pois os homens não podem agir sem regras de conduta, sem orientações; ela "é o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc" (GRAMSCI, 1978, p. 377). É, portanto, *na* ideologia e *por meio da* ideologia que uma classe pode exercer sua hegemonia sobre outras, isto é, pode assegurar a *adesão* e o *consentimento* das massas. A ideologia "organiza a ação pelo modo segundo o qual se materializa nas relações, instituições e práticas sociais e informa todas as atividades individuais e coletivas" (GRAMSCI, 1978, p. 377). Ao longo do processo de articulações ideológicas em busca da hegemonia, de tentativas de dar uma coerência específica ao real, determinados elementos podem passar e outros se fixar, superando os já existentes ou mesclando-se a eles. Nesse contexto, a comunicação assume importância especial na ativação, mudança ou consolidação de valores, ideias e projetos no espaço público.

Inspirando-se no conceito soreliano de bloco histórico, concebido como conexão de sociedade econômica, sociedade civil e Estado político, Gramsci vê na sociedade civil o lugar da produção, não material mas cultural, de um grupo hegemônico. O bloco histórico é um espaço social e político relativamente unificado por meio da instituição de significados culturais hegemônicos em torno dos quais se constituem identidades relacionais. Mas, se a hegemonia é um complexo de mediações, o "tecido hegemônico" é criado e recriado em um processo constante de renovação a cada momento histórico com base nos antagonismos sociais, nota-se ainda certa cristalização e engessamento da noção de sociedade presente no conceito de bloco histórico. Portanto, embora por um lado o sentido de sociedade possa ser revisto pois empresta ao conceito de hegemonia ainda um alto grau de essencialismo (herdado do pensamento de Marx), por outro, acentua a importância dos aspectos culturais que sustentam as relações hegemônicas,

Gramsci não concebe a ideologia em um sentido negativo como sinônimo de visão deformada da realidade, mas em sentido positivo como visão de mundo necessária para organizar a realidade. No mundo contemporâneo, o tipo de pensamento estruturado por Gramsci reveste-se de atualidade na medida em que: a) permite desvincular os sujeitos políticos de uma visão estritamente econômica dos grupos (classes) abrindo o espaço para pensá-los como vontades coletivas complexas; b) não estabelece uma relação de equivalência exata entre os elementos ideológicos articulados pelo grupo hegemônico a uma classe, senão por sua origem comum.

Laclau e Mouffe (2004), ao revisitarem os conceitos de hegemonia e ideologia de Gramsci, sugerem dois pontos críticos a serem examinados: 1) o plano de constituição dos sujeitos hegemônicos é para Gramsci o da classe e para eles a luta hegemônica é um campo discursivo que extrapola os limites da classe; 2) a unicidade do centro hegemônico em torno do qual toda formação social se estrutura (exceto em períodos de crise orgânica) na forma de bloco histórico. Um dos pontos centrais em que reside a sua crítica:

> Es aquí justamente donde la realidad de las sociedades industriales avanzadas – o postindustriales – nos obliga a ir más allá de Gramsci y a desconstruir la noción misma de 'clase social'. Y esto porque la noción tradicional de 'clase' suponía la unidad de las posiciones de sujeto de los diversos agentes; en tanto que en las condiciones del capitalismo maduro, dicha unidad es siempre precaria y sometida a un constante proceso de rearticulación hegemónica (LACLAU; MOUFFE, 2004, p. 23).

Com o objetivo então de ligar a problemática da crítica ao essencialismo e à concepção unitária e fundante do sujeito baseada na noção de classe com o conjunto de problemas vinculados ao surgimento de novos antagonismos e à transformação dos cenários sociais e políticos no mundo contemporâneo, os autores propõem uma releitura das transformações do conceito de hegemonia, tanto como superfície discursiva quanto como ponto nodal da teorização política marxista.

Como ponto nodal do marxismo, a ideia geral dos autores é que por trás do conceito de hegemonia se esconde algo mais que um tipo de relação política complementar às categorias básicas da teoria marxista. Com ele, introduz-se uma "lógica do social" (LACLAU; MOUFFE, 2004, p. 27) que é incompatível com estas últimas. Frente ao racionalismo marxista clássico que entendia a história e a sociedade como totalidades inteligíveis, regidas por leis conceitualmente explicáveis, a lógica da hegemonia se apresentou desde o começo

como uma operação suplementar e contingente, requerida por desajustes conjunturais frente a um paradigma evolutivo cuja validade essencial ou morfológica não era em nenhum momento questionada. De forma muito simples, a hegemonia foi vista no conjunto do marxismo como uma necessidade histórica, "uma falha" ou "greta" que é preciso preencher, não a expressão de identidades, mas a "resposta a uma crise" (LACLAU; MOUFFE, 2004, p. 31).

Já do ponto de vista do que denominam superfície discursiva, é que vem a contribuição dos autores ao conceito de hegemonia, colocando-o como uma construção de linguagem na qual suas ambiguidades são admitidas como fator explicativo. Sob a visão desconstrutivista de Derrida (apud LACLAU; MOUFFE, 2004), o signo é tanto traço daquilo que ele substitui (rastro) quanto traço daquilo que ele não é (diferença). Decorre disto a ambiguidade discursiva, consistindo a luta hegemônica em tentar consagrar certas interpretações como válidas bem como em fornecer uma aparente unidade àquilo que em si mesmo é diverso. Assim sendo, o ponto de observação da realidade social escolhido por eles localiza-se no campo da articulação, devendo renunciar à sociedade como totalidade fundante de seus processos parciais e admitir a "multiformidade do social" (LACLAU; MOUFFE, 2004, p. 132). As duas condições para uma articulação hegemônica são: a presença de forças antagônicas e a instabilidade das fronteiras que as separam.

O discurso (singular no sentido conceitual, mas sempre plural na realidade empírica) seria a tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de construir um centro, como pontos nodais, fornecendo ao real uma aparente unidade. Os pontos nodais são, precisamente, os significados que vêm a se tornar privilegiados numa articulação discursiva, que conseguem se estabelecer como hegemônicos, fixando-se em uma cadeia: na medida em que nenhum conteúdo específico está predeterminado a preencher o vazio estrutural, é o conflito entre vários conteúdos tentando desempenhar esse papel de preenchimento que vai tornar visível a contingência da estrutura[3].

Na medida em que se refere a objetos somente acessíveis por meio de recursos comunicativos, não poderia deixar de aludir aos princípios constitutivos do discurso, desde

[3] As influências teóricas que mobilizam o empreendimento intelectual de Laclau e Mouffe são três (elencadas pelos próprios autores no prólogo à primeira edição em espanhol): 1) a crítica ao essencialismo filosófico, consubstanciada na recusa à chamada metafísica da presença (o que inclui a noção de jogos de linguagem de Wittgenstein, a afirmação da faticidade e historicidade do ser no pensamento de Heidegger e a crítica pós-estruturalista à fixidez da relação significante/significado na constituição do signo); 2) o novo papel dado à linguagem na estruturação das relações sociais; 3) a desconstrução da categoria de "sujeito" no que diz respeito à construção das identidades coletivas.

que na compreensão desse elemento haja um esforço em ultrapassar o nível das características, formas e estruturas linguísticas, para entrar no campo da ideologia. É exatamente a tentativa de consenso, que se dá no contexto da pluralidade e dos conflitos entre os grupos sociais, que constitui a prática articulatória de que falam Laclau e Mouffe, a disputa hegemônica[4]. Prática a partir da qual os significados podem assumir novo sentido. Reconhecer que o sentido e as práticas articulatórias são posicionais e contingentes não significa, como fazem entender os autores, que essas novas posições se dão num vácuo, mas sim sobre uma teia de outras representações e significados já existentes. Ao conflito e à busca do consenso, portanto, seguem-se a objetivação e a ancoragem (num processo dinâmico e conflitivo) do novo sobre o estabelecido.

Na prática discursiva da esfera pública, em que grupos em luta buscam a hegemonia, alguns dos significados podem aos poucos vencer e alcançar relativa estabilidade ou, nos termos de Laclau e Mouffe, podem tornar-se hegemônicos[5]. Não é a pobreza de significados, mas, ao contrário, a polissemia que desarticula uma estrutura discursiva:

> Esto es lo que establece la dimensión sobre determinada, simbólica, de toda formación social. La sociedad no consigue nunca ser idéntica a sí misma, porque todo punto nodal se constituye en el interior de una intertextualidad que lo desborda. La práctica de la articulación consiste, por lo tanto, en la construcción de puntos nodales que fijan parcialmente el sentido; y el carácter parcial de esa fijación procede de la apertura de lo social, resultante a su vez del constante desbordamiento de todo discurso por la infinitud del campo de la discursividad (LACLAU; MOUFFE, 2004, p. 154).

As relações entre Estado, Sociedade Civil e Mercado não deixam de constituir aspectos simbólicos pertinentes à conformação do campo que merecem ser (re)conhecidos. Conforme sugerem Laclau e Mouffe (2004), compreender o mundo do capitalismo globalizado através da categoria hegemonia nos ajuda a compreender que a presente conjuntura, longe de refletir a única ordem social possível, é a expressão de certa configuração de relações de poder. Tanto no interior das antigas solidariedades de cunho corporativo há elementos que delineiam diversos interesses e, consequentemente, uma luta

[4] É nesse sentido que os autores reconhecem a maior contribuição de Gramsci ao avanço teórico e político da esquerda. Ele foi o único pensador da Terceira Internacional capaz de substituir o conceito de representação pelo de articulação, ou seja, a aceitar tanto a diversidade estrutural das relações nas quais os agentes sociais estão imersos, quanto o fato de que o grau de unidade que possa existir entre as mesmas não é expressão de uma essência comum subjacente, mas sim a resultante de uma luta e construção políticas.

[5] A abrangência do conceito de campo discursivo inclui não apenas o que se diz, mas também o que se faz. Ação e discurso são indissociáveis. Os fatos existem (num determinado tempo e espaço, independentes da vontade do sujeito), mas sua estruturação como objetos depende de um campo discursivo.

pela hegemonia quanto ao próprio desenho do que seja o bem público esboçado em diferentes projetos de nação vislumbrados na imaginação empresarial.

3. Disputa hegemônica, eis a questão: algumas características centrais da mobilização em torno da RSE no Brasil e na Argentina

Na comparação dos dois casos, vimos a presença de todos os elementos de institucionalização de práticas de RSE: entidades promotoras, práticas no âmbito das empresas, métricas e padrões internacionais de desempenho, uso de certo vocabulário e conceitos, reconhecimento da questão social bem como da necessidade de um agir conjunto entre empresas (ou mercado), sociedade civil e Estado para enfrentá-la. O discurso sobre a RSE é formalmente similar nos dois países, aparentemente pausterizado nos parâmetros da globalização dos mercados e integrado à chamada cultura de negócios (BARBOSA, 2002). Não obstante, há uma polissemia de sentidos para a expressão no interior do campo que nos conduziram a dois fatores de distinção que são decisivos na configuração de cada um dos casos: o primeiro, a liderança, corroborando algo já delineado anteriormente nas pesquisas sobre o tema que colocam o Brasil como um caso *business driven* e a Argentina como um caso *citzen driven* (AGÜERO, 2002); o segundo, a qualidade dos vínculos estabelecidos no campo da RSE com a presença da variável política desenhando as configurações do próprio campo em base à disputa hegemônica.

Para entender a diferença no que se refere à liderança é preciso entender a cultura política dos dois países tomando a longa duração histórica como horizonte de análise (este ponto não será discutido aqui). Quanto ao segundo fator de distinção, a qualidade dos vínculos, vale notar que relações sociais de luta, nos termos de Weber (1986) são fundamentais para a estruturação do campo da RSE e ocorrem entre as entidades promotoras, bem como entre estas e o Estado e outros grupos da sociedade civil na medida em que cada entidade promove caminhos diferentes para a sua institucionalização e compreende de forma diferente qual é a razão de uma empresa realizar investimentos em ações sociais. Vale dizer que as relações sociais de luta têm um objeto e caracterizam uma disputa hegemônica. O "social" é ótimo objeto pelo qual combater além de um excelente lócus de disputa hegemônica (pensada como luta pela direção intelectual e moral), pois além de ter uma legitimidade natural em contextos em que a questão social é ampla e complexa, a maneira como encará-lo afeta diretamente aos interesses mais poderosos. A

"causa" é constituída ideologicamente, acionando um conjunto de "teorias" explicativas que norteiam a ação daqueles que as desenvolvem e que a desenham semanticamente e a oferecem ao escrutínio público.

As distinções notadas acima foram representadas na forma do que chamamos de topografia. No caso do Brasil, foram destacadas a atuação do Instituto Ethos de Responsabilidade Social e da Fiesp, ambas as entidades são do Estado de São Paulo mas têm um círculo de influência mais amplo, de caráter nacional muitas vezes.

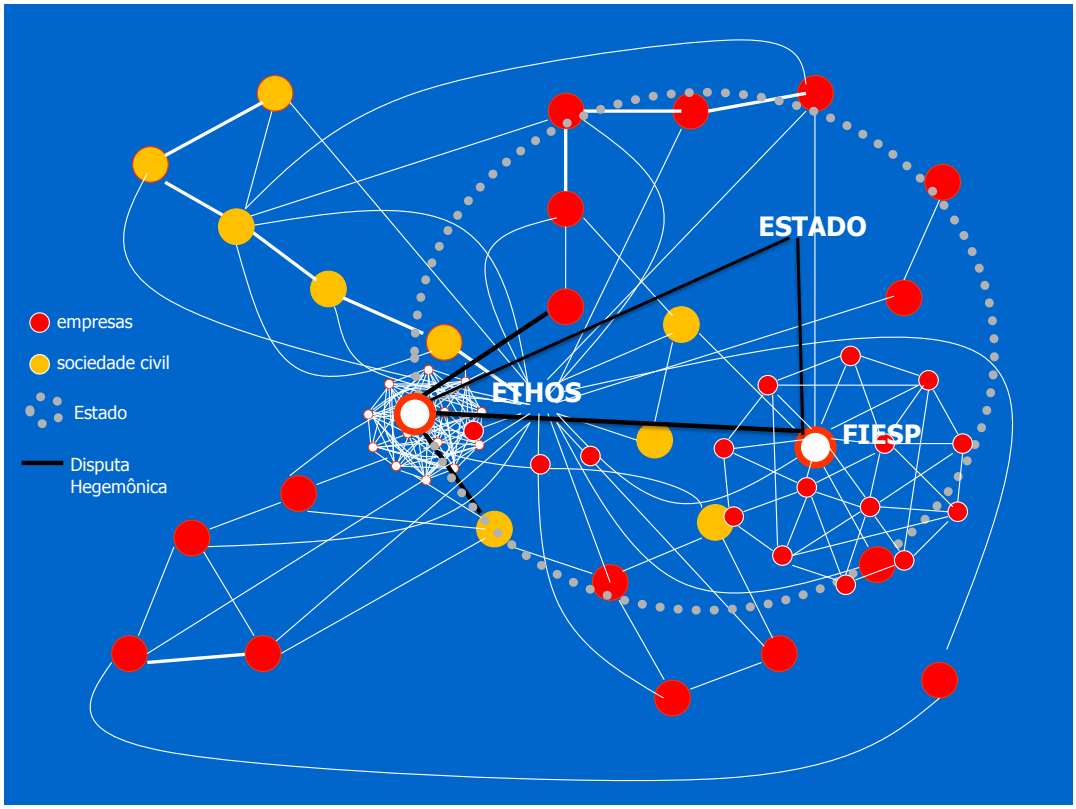

Figura 1: Topografia do campo da RSE no Brasil
Fonte: a autora

Observando a figura 1, acima, que representa o campo da RSE no Brasil de acordo com a hipótese por nós levantada, vemos que o Ethos tem uma rede mais densa de relacionamentos porém com menor amplitude que a rede da Fiesp. O Ethos tem 1314 empresas associadas (distribuídas por todo o Brasil, mas concentradas em São Paulo), mantém parcerias com aproximadamente 50 organizações da sociedade civil nacionais e

internacionais, está formalmente presente no Estado com participação em conselhos e comitês governamentais como o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Fórum Nacional de Aprendizagem e a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). Além disso, o Ethos estabelece relações sociais de combate com o Estado no sentido do controle externo, outras entidades da sociedade civil em relação a temas que pretenda liderar e as próprias empresas cujas ações destoem da Carta de Princípios da entidade. Isso não se nota no caso da Fiesp cujo combate restringe-se ao Estado, quase sempre denominado de "governo" nos discursos, segundo uma atitude fiscalizadora para privilegiar os interesses industriais. Não há estratégias ou casos de combate a empresas pois prevalece o espírito de "corpo". A configuração de sua rede é menos densa e tem um desenho mais fechado em moldes corporativistas, o que a coloca numa posição de atuação quase toda situada dentro da esfera estatal. Em contrapartida, seu alcance é maior pois são 150.000 empresas associadas (concentradas no estado de São Paulo). As relações de parceria com a sociedade civil restringem-se a relações pontuais com respeito a temas específicos, como a inclusão de portadores de deficiência por exemplo, e com o Estado destaca-se o estímulo às associadas a participarem do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (Fumcad) e a observação dos marcos regulatórios.

Já na Argentina, na configuração do campo da RSE, observa-se, de acordo com a figura 2 abaixo, que há a presença de relações sociais de combate em relação ao Estado, às outras entidades promotoras e a outras entidades da sociedade civil, mas a capilaridade da rede das instituições promotoras é menor e a sua capacidade de articulação com outras redes inexiste, não obstante sua configuração aberta. O trabalho de cada uma das entidades encerra-se em si mesmo e não há uma disputa hegemônica, o que torna o trabalho das outras entidades praticamente invisível no espaço público. Tomamos como referência o trabalho desenvolvido pelo Instituto Argentino de Responsabilidad Social Empresaria – Iarse cuja rede tem uma tessitura aberta e pouco densa. São 95 empresas associadas (2009), algumas parcerias com entidades internacionais sobretudo as que apoiam programas de capacitação e trabalham também na divulgação da RSE e nenhum tipo de relacionamento com o Estado. Há um combate ao Estado (muito veemente), à sociedade civil e a outras entidades promotoras da RSE, mas sempre fora do espaço público. A disputa em torno do

social que alavancaria uma disputa entre projetos de país é uma realidade muito distante do tema da RSE.

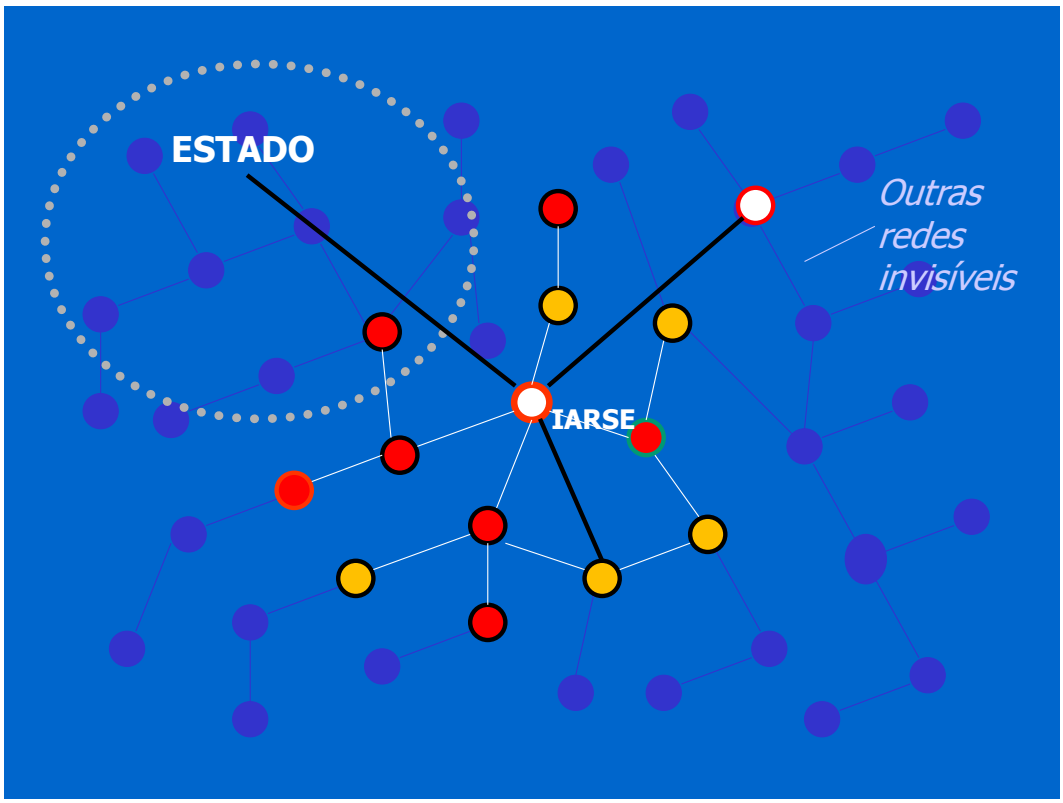

Figura 2: Topografia do campo da RSE na Argentina
Fonte: a autora

Assim, o estudo comparativo dos casos pôde nos fornecer dados empíricos para sustentar a seguinte hipótese, como defendido na argumentação teórica: o conflito é uma relação social que tem um caráter constitutivo do campo (e não disruptivo). As relações sociais de luta podem ou não sustentar uma disputa hegemônica (no caso da Argentina não, no caso do Brasil sim) e este é um fator que potencializa as relações de força no campo e torna a RSE um tema de expressão.

Sugere-se que tais configurações tão diferenciadas em cada um dos países têm a ver com a maneira como as relações sociais de combate se resolvem culturalmente. Se na Argentina, a ruptura é o que contorna as relações de conflito de interesses, no Brasil impera a lógica da conciliação. O grau de confiança entre Estado, empresários e sociedade civil,

embora possa ter um equilíbrio variável, é baixo tanto no Brasil quanto na Argentina. Mas parece ser ainda maior lá do que cá, valendo notar que a desconfiança é potencializada pelo operador cultural da ruptura e por um afastamento crônico do Estado, tanto por parte dos empresários quanto da sociedade civil (embora em menor grau por parte desta que foi muitas vezes financiada pelo poder público), inviabilizando nos últimos anos a possibilidade de pactos coletivos em favor do bem-estar social. Há também nos dois países muita desconfiança da população de um modo geral em relação à RSE, muito maior na Argentina do que no Brasil, muitas vezes vista como algo mais estético que ético. Dados de uma pesquisa Líder Barômetro, realizada pela *Market Analysis* (2006), mostram que 8% dos argentinos estão de acordo com a ideia de que as empresas estão fazendo um bom trabalho para construir uma melhor sociedade enquanto no Brasil 51% dos respondentes concordam com essa afirmação.

4. Considerações Finais

Neste artigo, buscou-se discutir o conceito de disputa hegemônica e demonstrar o seu papel na constituição dos campos da RSE no Brasil e na Argentina. São três as contribuições esperadas de tal abordagem. A primeira, mais específica, é aportar uma visão mais ampla sobre um fenômeno muitas vezes circunscrito ao universo gerencial e pensado sob o viés das teorias de gestão. A segunda, de caráter mais geral, é contribuir para adensar a visão do conflito e seu papel fundante das relações sociais. Particularmente, no campo das Relações Públicas, muitas vezes o conflito é entendido como algo que, embora inerente às relações sociais, deve ser enfrentado para "sanar" e "ordenar" a interação entre as organizações e seus públicos de interesse. Entretanto, rara parece ser a postura intelectual e profissional que reconhece no próprio conflito um momento de (re)fundação da ordem social e uma amostra privilegiada de como os grupos se organizam, se orientam e disputam em espaços de poder não convencionalmente desenhados. Finalmente, uma terceira contribuição é discutir a noção corrente de que discurso e prática caminham separadamente – o discurso é o mascaramento da prática. Importa-nos reforçar aqui que o campo simbólico não se desvincula do das ações, o discurso orienta práticas, no sentido de que imaginar o mundo é também criá-lo, bem como ao agir, reflexivamente, inventam-se e reafirmam-se os significados dessa ação. Os três pontos são considerados de fundamental importância para um fazer mais consciente da RSE bem como para o enquadramento mais adequado do tema.

Referências

AGÜERO, Felipe. *Business Social Responsibility in Latin America*: Argentina, Brazil, Chile, Colômbia, México and Peru. Miami: School of Internacional Studies/University of Miami, 2002 (Report for Ford Foundation).

_____. Business, politics and the surge of corporate social responsibility in Latin America. *Antropolítica*, n. 18, p. 57-78, 2005.

BARBOSA, Lívia. "Globalização e Cultura de Negócios". In: KIRCHNER, Ana Maria, GOMES, Eduardo R. e CAPPELLIN, Paola (org.). *Empresa, Empresários e Globalização*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/FAPERJ, 2002.

BARROS, Ricardo Paes de, Ricardo Henriques e Rosana Mendonça. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma realidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 15, p. 42, 2000.

BOURDIEU, Pierre. "A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo". *O Poder Simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

COSTA RIBEIRO, Carlos Antônio. Um panorama das desigualdades na América Latina. *Análise de Conjuntura OPSA*, n. 6, 2006. Observatório Político Sul-Americano, IUPERJ/UCAM.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. 3ª ed. Martins Fontes, 2007.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. *Cadernos de Cárcere (*Vol. 5 – O Risorgimento/Notas sobre a história da Itália). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos de Cárcere* (Vol. 1 – Introdução ao Estudo da Filosofia/A filosofia de Benedetto Croce). 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 10ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2001.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista*: hacia una radicalización de la democracia. 2ª ed. en español. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2004.

Market Analysis. Pesquisa Líder Barômetro. 2006

WEBER, Max. "A política como vocação". In: *Ensaios de Sociologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *Economia y Sociedad***.** México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

Networks of Corporate Social Responsibility in Brazil and Argentina

Abstract

In research on CSR in Brazil and Argentina, we saw a huge disparity in the grass-roots of the theme in each country. The hypothesis, stemming from this article, is that the great success of the CSR movement in Brazil and its relatively weak development in Argentina is due to the presence of a hegemonic dispute - in observed dynamic communication - among some

segments of business elites regarding the purpose of CSR, present in the Brazilian case and absent in Argentina. This article intends to discuss the concept of hegemonic dispute - highlighting conflict as a fundamental social relationship in the configuration of network topographies of movements to promote CSR in both countries. Such an understanding is essential for professionals and researchers working in the area of organizational communication.

Keywords
Corporate Social Responsibility; Hegemonic Dispute; Brazil-Argentina.

Las Redes de la Responsabilidad Social Empresaria en Brasil y Argentina

Resumen
En investigación sobre la RSE en Brasil y Argentina, hemos visto una enorme disparidad en el enraizamiento del tema en cada país. La hipótesis, de la cuál se deriva este artículo, es que el gran éxito del movimiento de RSE en Brasil y el escaso desarrollo en la Argentina se debe a la presencia de una disputa hegemónica – observable en las dinámicas comunicacionales - entre algunos segmentos de las élites empresariales sobre los sentidos de la RSE, presente en el caso de Brasil y ausente en Argentina. Este artículo se propone discutir el concepto de disputa hegemónica, poniendo de relieve el conflicto como una relación social fundamental en la configuración de las topografías de red de los movimientos para promover la RSE en ambos países. Esta comprensión es fundamental para los profesionales e investigadores que trabajan en el área de la comunicación organizacional.

Palabras-clave
Responsabilidad Social Corporativa; Disputa hegemónica; Brasil-Argentina.

Recebido em 17/04/2011
Aceito em 12/04/2012

Copyright (c) 2012 Autor(es) / Copyright (c) 2012 The author(s)
The copyright of works published in this journal belong to the authors, and the right of first publication is conceded to the journal. Due to the journal being of open access, the articles are of free use in research, educational and non-commercial activities.